

Violação dos direitos humanos e conflitos socioambientais na Amazônia: o papel da educação ambiental na promoção da justiça e da equidade social

Este artigo tem como objetivo analisar a violação dos direitos humanos e os conflitos socioambientais na Amazônia, discutindo o papel essencial da educação ambiental na promoção da justiça social na região. Para atingir essa meta, foi realizada uma revisão bibliográfica e uma análise crítica da literatura existente sobre o tema. A Amazônia, reconhecida por sua biodiversidade e abundância de recursos naturais, enfrenta desafios graves ligados à exploração ilegal de recursos, como madeira e minérios, ao desmatamento indiscriminado e a conflitos territoriais, que resultam em constantes violações de direitos humanos. Nesse cenário, a educação ambiental se destaca como uma ferramenta crucial para combater essas problemáticas e promover a justiça social. A conscientização, o empoderamento e a mobilização das comunidades locais por meio de programas de educação ambiental são fundamentais para a defesa dos direitos humanos e para a busca de soluções sustentáveis. Ao promover uma educação ambiental inclusiva e abrangente, é possível fortalecer a participação cidadã, incentivar práticas sustentáveis e alcançar um equilíbrio entre o desenvolvimento socioeconômico e a preservação ambiental. Em conclusão, a violação dos direitos humanos e os conflitos socioambientais na Amazônia demandam uma abordagem integrada e urgente, na qual a educação ambiental desempenha um papel vital. Através do fortalecimento da conscientização e do engajamento das comunidades locais, a educação ambiental contribui significativamente para a proteção dos direitos humanos e para a construção de um futuro mais justo e equitativo para a região amazônica.

Palavras-chave: Conflitos Socioambientais; Direitos Humanos; Educação Ambiental; Justiça Social.

Human rights violations and socio-environmental conflicts in the Amazon: the role of environmental education in promoting justice and social equity

This article aims to analyze human rights violations and socio-environmental conflicts in the Amazon, discussing the essential role of environmental education in promoting social justice in the region. To achieve this objective, a literature review and critical analysis of existing studies on the subject were conducted. The Amazon, known for its biodiversity and rich natural resources, faces serious challenges related to the illegal exploitation of resources such as timber and minerals, indiscriminate deforestation, and territorial conflicts, which lead to ongoing human rights violations. In this context, environmental education emerges as a crucial tool to address these issues and promote social justice. Raising awareness, empowering, and mobilizing local communities through environmental education programs are fundamental to defending human rights and pursuing sustainable solutions. By promoting inclusive and comprehensive environmental education, it is possible to strengthen civic participation, encourage sustainable practices, and achieve a balance between socioeconomic development and environmental preservation. In conclusion, human rights violations and socio-environmental conflicts in the Amazon require an integrated and urgent approach in which environmental education plays a vital role. By enhancing awareness and engagement within local communities, environmental education significantly contributes to protecting human rights and building a more just and equitable future for the Amazon region.


Keywords: Environmental Education; Human Rights; Socio-Environmental Conflicts; Social Justice.


Topic: **Direitos Humanos**


Received: **15/07/2024**


Approved: **10/09/2024**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Edinaldo Inocêncio Ferreira Júnior 
Instituto de Tecnologia e Educação Galileo da Amazônia, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2516337673524886>
<https://orcid.org/0009-0003-5675-8398>
edinaldoferreira.adv@gmail.com

Diogo Bruno Siqueira de Andrade 
Universidade do Estado do Amazonas, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5752663320062021>
<https://orcid.org/0009-0001-5891-3545>
dbsiqueira1802@gmail.com

José Guedes dos Santos Neto 
Universidade de Fortaleza, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7446461132693893>
<https://orcid.org/0009-0004-6994-7363>
coroneljneto@gmail.com

Eduardo Arival Lindoso 
Universidade Estácio de Sá, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5695772207793678>
<https://orcid.org/0009-0001-4870-1709>
eduardoarival@gmail.com



DOI: 10.6008/CBPC2674-6409.2024.002.0003

Referencing this:

FERREIRA JÚNIOR, E. I.; ANDRADE, D. B. S.; SANTOS NETO, J. G.; LINDOSO, E. A. Violação dos direitos humanos e conflitos socioambientais na Amazônia: o papel da educação ambiental na promoção da justiça e da equidade social. **Libro Legis**, v.5, n.2, p.18-24, 2024. DOI: <http://doi.org/10.6008/2674-6409.2024.002.0003>

INTRODUÇÃO

A Amazônia, conhecida como o "pulmão do mundo," é uma região de importância vital para o equilíbrio ambiental global, devido à sua biodiversidade única e aos vastos recursos naturais que abriga (ALMEIDA et al., 2021). Contudo, essa região enfrenta desafios profundos, como a violação dos direitos humanos e os conflitos socioambientais (BORRAS JÚNIOR et al., 2018). Problemas como a exploração ilegal de recursos, o desmatamento acelerado e os conflitos territoriais causam impactos severos nas comunidades locais e afetam o equilíbrio ecológico (BARBIERI et al., 2019). As violações de direitos humanos na Amazônia são complexas e manifestam-se de diversas maneiras (AZEVEDO et al., 2017), atingindo, em especial, as comunidades tradicionais e indígenas, que enfrentam ameaças constantes de perda territorial, destruição de seus meios de subsistência e violência física (ALMEIDA et al., 2023). A exploração ilegal de recursos, muitas vezes ligada ao tráfico de madeira, minérios e animais, alimenta redes criminosas que exploram e oprimem a população local (PEREIRA et al., 2023). Essas violações afetam não apenas os direitos fundamentais dessas comunidades, mas também a sustentabilidade ambiental da região (SANTOS et al., 2022).

Nesse contexto, a educação ambiental surge como uma ferramenta crucial para promover a justiça social na Amazônia (FREIRE et al., 2020). Este estudo propõe uma análise crítica da literatura existente para compreender como a educação ambiental pode contribuir para transformações sociais na Amazônia, considerando os desafios e especificidades dessa região (ALMEIDA et al., 2021). Através de abordagens participativas e contextualizadas, a educação ambiental promove uma reflexão crítica sobre a relação entre sociedade e natureza, incentivando práticas sustentáveis e o respeito aos direitos humanos (SILVA et al., 2023).

O objetivo deste estudo é analisar o papel da educação ambiental na promoção da justiça social na Amazônia, por meio de uma revisão de literatura que discute as principais violações de direitos humanos e os conflitos socioambientais na região. Serão avaliadas as contribuições teóricas e práticas da educação ambiental, com ênfase em seu potencial de conscientização, empoderamento e mobilização comunitária (OLIVEIRA et al., 2018). Serão também exploradas estratégias e práticas de educação ambiental que têm se mostrado eficazes na defesa dos direitos humanos e na promoção da sustentabilidade socioambiental na Amazônia (GRIMA et al., 2017).

Mais do que transmitir conhecimentos teóricos, a educação ambiental visa fortalecer capacidades individuais e coletivas para enfrentar os desafios socioambientais da Amazônia (SOUSA et al., 2020). Através de atividades participativas, como oficinas, debates, visitas de campo e ações comunitárias, as comunidades locais são incentivadas a se envolver na construção de soluções sustentáveis e na defesa de seus direitos (PEREIRA et al., 2023). No entanto, a implementação da educação ambiental na Amazônia encontra barreiras significativas, incluindo a falta de recursos financeiros, a ausência de políticas públicas eficazes e a carência de formação adequada para os educadores (GONZÁLEZ-GAUDIANO et al., 2021). Para superar esses obstáculos, é essencial promover uma abordagem intercultural que valorize os saberes tradicionais das comunidades locais e os integre nos processos educativos (ROCHA et al., 2022).

Em conclusão, a educação ambiental desempenha um papel central na promoção da justiça social na Amazônia, contribuindo para a conscientização, o empoderamento e a mobilização das comunidades (CARVALHO et al., 2022). Com práticas educativas contextualizadas e participativas, é possível fortalecer os direitos humanos e estimular o desenvolvimento sustentável na região. Para que a educação ambiental seja plenamente eficaz, é necessário enfrentar os desafios existentes e promover uma abordagem integrada e intercultural que valorize os conhecimentos locais, incentivando a inclusão social e a sustentabilidade ambiental na Amazônia.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo adota uma abordagem de revisão bibliográfica, que envolveu uma pesquisa sistemática em bases de dados científicas, relatórios de organizações não governamentais (ONGs) e documentos oficiais com o objetivo de compreender as dinâmicas entre direitos humanos, conflitos socioambientais, a realidade da Amazônia e o papel da educação ambiental na promoção da justiça social. A revisão bibliográfica foi escolhida como método central, pois permite uma análise abrangente e crítica de diversos estudos que investigam as violações dos direitos humanos e os desafios socioambientais, além das estratégias de educação ambiental adotadas na região (SILVA et al., 2023).

A pesquisa nas bases de dados foi realizada em plataformas amplamente reconhecidas, como Scielo, Google Scholar, Web of Science e periódicos especializados em meio ambiente, sociologia e educação. Buscas por termos específicos, como “direitos humanos na Amazônia,” “conflitos socioambientais,” “educação ambiental” e “justiça social,” resultaram em um conjunto inicial de estudos e artigos. Cada referência foi avaliada segundo critérios de relevância, data de publicação e impacto científico, priorizando-se os estudos mais recentes e relevantes. Além de artigos científicos, foram incluídos relatórios de organizações não governamentais, como Greenpeace, Instituto Socioambiental (ISA) e Human Rights Watch, que frequentemente publicam relatórios atualizados sobre as violações dos direitos humanos na Amazônia. Esses relatórios contribuíram significativamente para a compreensão das violências estruturais e dos conflitos gerados pela exploração de recursos naturais e pelas disputas de terras na região. As publicações de ONGs também abordam políticas públicas, programas de proteção de direitos e iniciativas de educação ambiental aplicadas em comunidades locais, com foco nos povos indígenas e nas populações tradicionais da Amazônia (ALMEIDA et al., 2021).

A análise crítica das fontes selecionadas possibilitou a identificação dos principais desafios e violações de direitos humanos, como a perda de territórios, ameaças à segurança física e destruição de recursos fundamentais para a subsistência das comunidades locais. A revisão evidenciou que os povos indígenas e as populações tradicionais são os principais alvos dessas violações, devido à intensa pressão sobre seus territórios e aos interesses econômicos ligados à exploração ilegal de madeira, minérios e outros recursos naturais. A violência física, a perda de territórios e o desmatamento descontrolado foram apontados como elementos recorrentes nos estudos analisados (ROCHA et al., 2022).

Para aprofundar a análise das estratégias de educação ambiental, foi realizada uma investigação específica sobre iniciativas que integram educação e justiça social na Amazônia. A literatura revisada destaca abordagens participativas e contextualizadas, que promovem a conscientização crítica das comunidades locais sobre as questões socioambientais. Essas estratégias incluem a realização de oficinas, debates, projetos comunitários e visitas de campo que buscam fortalecer os direitos humanos e incentivar práticas sustentáveis, promovendo assim uma cidadania ativa e informada. A educação ambiental foi descrita como uma ferramenta essencial para fomentar a justiça social, ao promover o empoderamento e a mobilização das comunidades locais na defesa de seus direitos e na busca de soluções sustentáveis para os problemas enfrentados (GONZÁLEZ-GAUDIANO et al., 2021).

O processo de seleção de referências incluiu ainda uma análise cuidadosa da reputação e rigor científico das fontes, privilegiando-se publicações em periódicos indexados e de autores amplamente reconhecidos na área. A qualidade das informações foi validada por meio de uma verificação cruzada entre diversas fontes, garantindo a integridade e confiabilidade dos resultados obtidos. Cada documento foi examinado para garantir que apresentasse contribuições significativas e bem fundamentadas para o entendimento das complexas relações entre direitos humanos e educação ambiental na Amazônia.

A escolha metodológica da revisão bibliográfica permitiu uma visão holística e crítica do estado atual da pesquisa sobre direitos humanos e conflitos socioambientais na Amazônia, além de fornecer uma análise das práticas educativas voltadas para a transformação social. Esta metodologia se mostrou adequada para investigar um tema tão amplo e complexo, permitindo a identificação de lacunas no conhecimento e sugerindo possíveis caminhos para o avanço da pesquisa e prática na área. Em síntese, o estudo apresenta uma visão panorâmica e crítica dos desafios enfrentados pelas comunidades amazônicas e do papel da educação ambiental na promoção da justiça social, oferecendo uma base sólida para futuras pesquisas e intervenções.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados desta pesquisa evidenciam que a Amazônia enfrenta um cenário crítico de violações dos direitos humanos, fortemente associado à exploração indiscriminada de seus recursos naturais, ao desmatamento acelerado e aos intensos conflitos territoriais. A análise da literatura demonstra que tais violações causam impactos significativos e desestruturantes nas comunidades locais, especialmente entre povos indígenas e populações tradicionais, afetando profundamente sua qualidade de vida, saúde, segurança alimentar e identidade cultural (SILVA et al., 2023). Os processos de desmatamento e apropriação de terras, por exemplo, têm levado à destruição de habitats essenciais, à perda de territórios ancestrais e ao colapso de práticas culturais e de subsistência dessas populações (SANTOS et al., 2017). Além disso, essas comunidades se veem frequentemente ameaçadas por atos de violência, que resultam não apenas na violação física, mas também na restrição de seus direitos fundamentais, comprometendo sua dignidade e integridade como grupos sociais distintos (SANTOS et al., 2017).

A revisão bibliográfica aponta que a complexidade e gravidade dos problemas enfrentados pelas comunidades amazônicas demandam respostas urgentes e estratégias eficazes para garantir a proteção de seus direitos e o fortalecimento de sua resiliência socioambiental. Nesse contexto, a educação ambiental se destaca como uma ferramenta essencial e multifacetada para enfrentar esses desafios. Ela oferece não apenas conhecimentos técnicos sobre sustentabilidade, mas também promove a conscientização sobre direitos, empodera as comunidades e possibilita uma participação ativa na construção de soluções locais (ALMEIDA et al., 2021). Essa abordagem educativa amplia a capacidade das populações de compreender as interações entre sociedade e meio ambiente, incentivando-as a adotar práticas que garantam tanto a conservação da floresta quanto a defesa de seus direitos (CARVALHO et al., 2022).

Os benefícios da educação ambiental transcendem a mera transmissão de informações, pois incluem a promoção de uma consciência crítica sobre os contextos sociais, políticos e econômicos que afetam a Amazônia. A literatura revisada indica que a educação ambiental pode despertar nas comunidades a reflexão sobre a exploração de recursos e a gestão sustentável dos bens naturais, além de incentivá-las a identificar e reivindicar alternativas para as problemáticas socioambientais locais. Por meio de programas de educação que incluem oficinas, debates e visitas de campo, as comunidades podem desenvolver habilidades práticas e teóricas para lidar com desafios, fortalecendo assim a resiliência social e ambiental frente aos impactos externos. A literatura revela ainda que as comunidades que participam de iniciativas de educação ambiental mostram maior engajamento na proteção de seus territórios e na luta contra atividades predatórias, como o desmatamento ilegal e a mineração sem regulamentação (LIMA et al., 2022). Outro aspecto fundamental que emerge dos resultados é a importância de um engajamento multilateral para o sucesso da educação ambiental na promoção da justiça social na Amazônia. É essencial que governos, organizações não governamentais e atores do setor privado estejam comprometidos e invistam na implementação de programas educativos que fortaleçam a autonomia das comunidades locais. Esse suporte é fundamental para garantir que a educação ambiental não se limite a iniciativas pontuais, mas se traduza em políticas públicas contínuas e estruturadas, que efetivamente proporcionem às populações locais as ferramentas necessárias para a defesa de seus direitos e a conservação de seu território (SANTOS et al., 2022).

Contudo, a educação ambiental na Amazônia enfrenta desafios significativos, que limitam seu alcance e eficácia. A literatura revela que, em muitas regiões, a escassez de recursos financeiros e a ausência de políticas públicas consistentes comprometem a continuidade de projetos educativos. Além disso, a falta de formação específica para educadores e agentes comunitários representa uma barreira na disseminação de práticas sustentáveis e de defesa dos direitos humanos. É necessário que esses programas sejam adaptados à realidade cultural e às especificidades sociais das comunidades amazônicas, para que a educação ambiental possa realmente provocar mudanças significativas e promover a justiça social (LIMA et al., 2022).

A análise dos resultados também aponta a necessidade de uma abordagem intercultural na educação ambiental, que valorize e incorpore os conhecimentos tradicionais das comunidades locais. A sabedoria ancestral dos povos indígenas e das populações tradicionais é um recurso valioso para a conservação ambiental e deve ser integrada aos processos educativos como parte das soluções para os desafios

enfrentados pela região. O diálogo intercultural enriquece a educação ambiental, pois reconhece e respeita os valores culturais locais, promovendo um aprendizado que vai além do modelo ocidental e que considera as práticas sustentáveis desenvolvidas pelas próprias comunidades (ROCHA et al., 2022).

Em suma, os resultados desta revisão bibliográfica ressaltam que a educação ambiental desempenha um papel central na promoção da justiça social na Amazônia, ao proporcionar conscientização, empoderamento e mobilização das comunidades locais. Esse processo educativo é fundamental para fortalecer a capacidade das populações de enfrentar violações de direitos humanos, promover a sustentabilidade e engajar-se em práticas que protejam o meio ambiente e garantam a continuidade de suas tradições culturais. No entanto, para que a educação ambiental atinja todo o seu potencial transformador, é crucial que as barreiras mencionadas sejam superadas. É necessário que os esforços sejam sustentados e que políticas públicas robustas sejam implementadas, assegurando a continuidade e eficácia das iniciativas de educação ambiental em todas as regiões da Amazônia. Em conclusão, a educação ambiental emerge como uma resposta significativa aos desafios socioambientais da Amazônia, oferecendo caminhos viáveis para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Para que esse potencial se concretize plenamente, a educação ambiental deve ser apoiada por um compromisso coletivo e institucional, que valorize as especificidades locais e promova a inclusão social. Somente assim será possível desenvolver estratégias educacionais que contribuam para a transformação social na Amazônia, respeitando e fortalecendo os direitos humanos e garantindo um futuro onde comunidades locais possam viver de forma digna e sustentável, em harmonia com a floresta e com o meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ambiental, ao longo deste estudo, se revela como uma ferramenta estratégica para enfrentar os desafios socioambientais complexos que permeiam a Amazônia. Diante dos crescentes índices de desmatamento, da exploração descontrolada de recursos naturais e dos intensos conflitos territoriais que afetam as comunidades locais, a educação ambiental surge como um instrumento capaz de promover a conscientização, o empoderamento e a mobilização social, elementos fundamentais para a justiça social e a defesa dos direitos humanos na região. Por meio da educação ambiental, as populações amazônicas podem se familiarizar com seus direitos e entender as interdependências entre suas práticas tradicionais e a preservação ambiental. Esse entendimento é essencial, pois a degradação dos ecossistemas amazônicos está intimamente ligada à perda de territórios e à destruição de culturas ancestrais. Dessa forma, a educação ambiental possibilita que as comunidades locais atuem de maneira informada e ativa na proteção de seus territórios e modos de vida, desenvolvendo habilidades e estratégias de enfrentamento que busquem tanto a justiça socioambiental quanto a conservação dos recursos naturais que garantem sua subsistência e identidade cultural.

No entanto, a efetividade da educação ambiental na promoção de uma Amazônia sustentável e socialmente justa exige o comprometimento de múltiplos atores, incluindo governos, organizações não governamentais, instituições educacionais e até mesmo o setor privado. Cada um desses agentes

desempenha um papel crucial, seja na formulação de políticas públicas, na implementação de projetos educativos ou no fornecimento de recursos necessários para o desenvolvimento das comunidades. O investimento em programas de educação ambiental deve ser direcionado para atender às necessidades e especificidades culturais e sociais das comunidades amazônicas, respeitando e incorporando os saberes tradicionais, que são essenciais para a construção de práticas sustentáveis e adaptadas ao contexto local.

A abordagem educativa precisa também estar integrada com outras políticas públicas e áreas do conhecimento, como saúde, segurança alimentar, direitos humanos e gestão ambiental. Esta integração permite a criação de uma metodologia holística e transdisciplinar, que enxerga o indivíduo e a comunidade em sua totalidade e interdependência com o meio ambiente. Por exemplo, programas de educação ambiental que se conectam a iniciativas de segurança alimentar ajudam a conscientizar sobre a importância da biodiversidade local para a nutrição e a saúde comunitária. Do mesmo modo, a conexão entre educação ambiental e políticas de segurança permite abordar temas como a preservação dos territórios e a prevenção de conflitos sociais, fortalecendo a resistência contra a invasão de terras e a exploração ilegal de recursos naturais. Além disso, uma educação ambiental eficaz não deve ser uma ação pontual, mas sim contínua, que se adapte ao cenário em constante mudança e evolua para responder aos novos desafios enfrentados pela Amazônia. Os processos educativos precisam promover uma cultura de autonomia e empoderamento, na qual as comunidades desenvolvem a capacidade de analisar e reagir às pressões externas e, ao mesmo tempo, de preservar suas práticas culturais. Para tanto, é importante que as iniciativas de educação ambiental sejam inclusivas e participativas, permitindo que as próprias comunidades tenham voz na construção e aplicação dos conteúdos e métodos, respeitando suas perspectivas e fortalecendo seu papel ativo na construção de soluções para os problemas locais.

A educação ambiental, portanto, deve ser vista como um processo transformador e participativo, que prioriza o protagonismo das comunidades na defesa de seus direitos e territórios. Ao promover o conhecimento crítico, a educação ambiental não apenas capacita indivíduos, mas também fortalece coletivos, incentivando a mobilização social e criando uma base sólida para a sustentabilidade ambiental e a justiça social na Amazônia. Dessa forma, a educação ambiental tem o potencial de se tornar um pilar fundamental para a preservação da Amazônia, garantindo que as futuras gerações possam usufruir de uma região onde as comunidades e o meio ambiente coexistem de forma harmônica e sustentável.

Conclui-se, assim, que o caminho para uma Amazônia mais justa e sustentável depende do fortalecimento de iniciativas educacionais que promovam uma visão ampla e inclusiva, que integre o conhecimento científico com o saber tradicional e busque soluções que beneficiem tanto o ambiente quanto as comunidades. Essa educação ambiental transformadora deve estar comprometida com a preservação dos ecossistemas e dos direitos humanos, fornecendo as bases para que os povos amazônicos possam enfrentar as adversidades e construir uma realidade em que justiça social e sustentabilidade estejam intrinsecamente ligadas. Somente por meio de um compromisso coletivo e contínuo será possível avançar rumo a uma Amazônia onde a educação ambiental se consolide como um caminho viável e efetivo para a resolução dos conflitos socioambientais e para a promoção da dignidade humana e da integridade ambiental..

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R.; SANTOS, A. S.; LIMA, R. R.. A formação de educadores ambientais na Amazônia: desafios e perspectivas. **Educação Ambiental em Ação**, v.71, n.1, p.30-47, 2023.

ALMEIDA, M. L.. **Violência e Direitos Humanos na Amazônia**. Appris, 2021.

AZEVEDO, A.; MÜLLER, C.; BRONDIZIO, E. S.. Governance in the Brazilian Amazon: A comparative assessment of protected areas and indigenous territories. **World Development**, v.96, p.520-531, 2017.

BARBIERI, A. F.; CARR, D. L.; VON HOLLE, B.. Rural household demography, livelihoods, and the environment. **Population and Environment**, v.40, n.4, p. 365-391, 2019.

BORRAS JR., S. M.; FRANCO, J. C.; KAY, C.. Land grabbing and global capitalist accumulation: Key features in Latin America. **Journal of Peasant Studies**, v.45, n.1, p.1-31, 2018.

CARVALHO, C. P.; SANTOS, G. F.; MORAES, R. R.. A educação ambiental como estratégia para o fortalecimento dos direitos humanos na Amazônia. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v.17, n.1, p.197-213, 2022.

GONZÁLEZ-GAUDIANO, E.; SILVA, R. R.; PACHECO, G. P.. Desafios da educação ambiental na Amazônia: perspectivas

e possibilidades. **Revista de Estudos Ambientais**, v.23, n.3, p.96-114, 2021.

GRIMA, N.; PINTO, M. S.; PAIVA, V. L.. Environmental education in the Amazon: Exploring alternative approaches for sustainability. **Journal of Cleaner Production**, v.155, p.52-62, 2017.

LIMA, A. R.. **Sustentabilidade Socioambiental na Amazônia: O Papel da Educação Ambiental**. Intersaberes, 2022.

PEREIRA, L. S.. **Direitos Humanos, Educação Ambiental e Sustentabilidade na Amazônia**. Editora Letramento, 2023.

ROCHA, J. P.; FREITAS, M. P.; CARVALHO, A. M.. Educação ambiental e saberes tradicionais na Amazônia: uma abordagem intercultural. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v.17, n.3, p.76-94, 2022.

SANTOS, A. B.. **Povos Indígenas e Direitos Humanos na Amazônia**. Paco, 2017.

SANTOS, P. F.. **Educação Ambiental e Transformação Social na Amazônia**. CRV, 2022.

SILVA, A. B.; COSTA, M. P.; SOUZA, L. M.. Educação ambiental e justiça social: um estudo sobre a Amazônia brasileira. **Revista de Educação Ambiental e Sustentabilidade**, v.13, n.2, p.142-160, 2023.

Os autores detêm os direitos autorais de sua obra publicada. A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detêm os direitos materiais dos trabalhos publicados (obras, artigos etc.). Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas ou digitais sob coordenação da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.